

# A UTILIZAÇÃO DO PENSAMENTO MEDIEVAL

Na Criação do Culto à  
Rainha Virgem Elizabeth I (1558-1603)

**MARIA HELENA ALVES DA SILVA\***

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar como Elizabeth I, rainha da Inglaterra de 1558 a 1603, usou o pensamento medieval sobre a monarquia, as rainhas e a sociedade, para construir uma imagem que melhor a representasse para seu povo. Procurou-se ressaltar a dificuldade de Elizabeth em reinar em uma época em que o governo feminino era mal aceito e, também como esta rainha utilizou-se de personagens bíblicos femininos, principalmente a Virgem Maria, para criar o culto da Rainha Virgem como uma forma de representação sua. Elizabeth I tornou-se uma rainha que soube manipular sua imagem para manter o povo unido e obter seu apoio.

**Palavras-Chave:** Elizabeth I, Rainha Virgem, Pensamento Medieval

## ABSTRACT

This work aims to show how Queen Elizabeth I, who was Queen of England from 1558 to 1603, used the medieval thinking about the monarchy, queens and society to build an image that best represents her people. Was tried to point out the difficulty of Elizabeth in reigning in a time when the female government was poorly accepted and also how this queen made use of female biblical characters, especially the Virgin Mary, to create the cult of the Virgin Queen as a way of her representation. Elizabeth I became queen who knew how to manipulate her image to hold the people and get their support.

**Keywords:** Elizabeth I, Virgin Queen, Medieval Thinking

\*Formanda em História na UNIVAP (Universidade do Vale do Paraíba).  
E-mail: maria.42246@yahoo.com.br.

Pouco antes de Elizabeth Tudor (1533 - 1603) subir ao trono em 1558, já existiam precedentes para monarcas femininos: Maria I (1516 - 1558), sua meia-irmã, governara a Inglaterra ao lado de seu marido, Filipe II da Espanha (1527 - 1598); Maria de Guise/Lorena (1515 - 1560) governava em nome de sua filha Maria Stuart (1542 - 1587), e Catarina de Médici (1519 - 1589) reinava nos bastidores das decisões governamentais de seus filhos. No entanto, a posição de uma mulher como rainha governante por si só, sem um marido – ou o marido como co-regente, como no caso de Maria I e Filipe II - ainda era visto com maus olhos: em 1558, John Knox (1514 - 1572) publicaria anonimamente a obra “Primeiro Soar de Trombeta Contra o Monstruoso Regimento de Mulheres” (“*The First Blast of the Trumpet Against the Monstruous Regiment of Women*”). Seu principal argumento, de acordo com a historiadora Jane Dunn era de que

“promover a Mulher à responsabilidade do poder, superioridade, domínio e império de qualquer Reino é repugnante à Natureza; uma coisa contrária a Deus, muitíssimo oposta à Sua vontade revelada e Seu ritual aprovado, e por fim, é a subversão de toda boa Ordem, de toda equidade e justiça.”<sup>1</sup>

Como observa Maria Zina Gonçalves de Abreu, Maria de Guise, Rainha Regente da Escócia, que perseguia os protestantes; a Rainha Consorte Catarina de Médici da França, que perseguia os huguenotes, isto é, os protestantes franceses, e Maria I, primeiro Rainha por seu próprio direito e depois reinando ao lado de seu marido, e que também perseguia os protestantes, foram as ‘inspirações’ que levaram Knox a escrever sobre essas soberanas consideradas por ele tiranas e idólatras<sup>2</sup>.

A visão de Knox também era a visão geral da sociedade; e se refletia em outros escritos da época. Sir Thomas Elyot (1490 - 1546), contemporâneo da rainha, declarou que: “Nas partes de sabedoria e diplomacia civil, constatou-se que [as mulheres] são inaptas e tem pouca capacidade”, e Calvino (1509 - 1564), ao escrever para o principal secretário de Elizabeth, William Cecil (1520 - 1598), descreveria que o governo feminino era uma anomalia e um castigo de Deus, além de “um desvio da primitiva e estabelecida ordem da natureza”<sup>3</sup>. Como observa Carole Levin e R. O. Bucholz, o fato de que poucas mulheres governaram no período medieval e no início do período moderno - e aquelas que o fizeram encontraram diversos obstáculos que eram desconhecidos pelos governantes masculinos - mostram a visão da época, pois os regimes das mulheres interrompiam uma monarquia “normal”<sup>4</sup>. Alguns países, como a França, tinham leis que não permitiam a mulheres ascender ao trono: a chamada Lei Sálica “não só proibia que uma mulher detivesse a Coroa, como impedia quaisquer pretensões através da descendência feminina”<sup>5</sup>, o que não acontecia na Inglaterra, provavelmente porque a Dinastia Tudor, criada a partir do casamento de Henrique Tudor (1457 - 1509), descendente da casa de Lancaster, com Elizabeth de York (1466 - 1503), descendente da casa de York, mostrava suas pretensões através das duas linhagens, mas principalmente a feminina: seu avô, Owen Tudor, era um escudeiro galês que se casou sem a permissão real com Catarina de Valóis, a viúva do falecido rei Henrique V, um Lancaster; sua mãe, Margaret Beaufort, era bisneta de John de Gaunt, Duque de Lancaster e 4º filho de Eduardo III, através de sua terceira esposa, Catarina Swynford (problematicamente, Catarina fora amante de Gaunt por quase duas décadas antes de ser sua esposa e com ele

1 DUNN, Jane. *Elizabeth e Mary*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Rocco, 2004, p.2.

2 ABREU, Maria Zina Gonçalves de. *A reforma da Igreja em Inglaterra: acção feminina, protestantismo e democratização política e dos sexos*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.555.

3 DUNN, *op.cit.*, p.142.

4 LEVIN, Carole; BUCHOLZ, Robert. *Queens and Power in Medieval and Early Modern England*. University of Nebraska, 2009, s.p..

5 LOADES, David. *As Rainhas Tudor - o poder no feminino em Inglaterra (séculos XV - XVII)*. Tradução de Paulo Mendes. Portugal: Caleidoscópio, 2010, p.11.

---

tivera quatro filhos ilegítimos, incluindo John Beaufort, bisavô de Henrique). Seu casamento com Elizabeth de York, filha legítima do rei Eduardo IV, reforçava sua pretensão ao trono.

O governo de rainhas reinantes também não era uma ideia inédita aos ingleses – embora, uma rainha reinante sem marido, o fosse. Em 1513, Catarina de Aragão (1485 - 1536), a primeira esposa de Henrique VIII (1491 - 1547), pai de Elizabeth, reinou brevemente enquanto o rei estava em uma campanha de guerra contra a França. Em 1544, Henrique VIII repetiria o ato com sua sexta esposa, Catarina Parr (1512 - 1548). No entanto, foram curtos períodos, em que se sabia que o Rei voltaria para tomar seu lugar de direito ao lado de sua mulher.

Mas as ideias contra o governo de rainhas não teve início, como podemos ser levados a pensar, logo no século XVI, que viu tantas mulheres ascendo diretamente ou indiretamente (como regentes de seus filhos) ao trono. Alguns dos nomes da maior destaque no que se diz respeito à educação das mulheres eram a favor apenas da instrução, mas não de sua participação na política. Por exemplo, o filósofo espanhol Juan Luis Vives (1493 - 1540), tutor da princesa Maria Tudor, afirmava que “a mulher não tem energia, inteligência ou discrição suficiente para exercer o poder político”<sup>6</sup>, e que “... não apenas as tradições de nossos antepassados, mas todas as leis humanas e divinas concordam com a poderosa voz da natureza que exige, por parte das mulheres, observância e submissão”<sup>7</sup>. Como observa Abreu, até o início do século XVI, a educação das mulheres na corte inglesa tinha sido elementar: “o latim que estudavam era apenas o suficiente para decorar preces”<sup>8</sup>, e nenhuma princesa inglesa antes de Maria tivera uma educação tão exemplar – isso porque sua mãe, Catarina de Aragão, filha de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, tivera uma educação sem igual, que como observou um contemporâneo, rivalizava com poucas rainhas da Inglaterra<sup>9</sup>. A educação feminina visava o melhor ensino “dos valores tradicionais da virtude, castidade e obediência”, valores estes que foram atenuados “pela elevação da mulher durante a Idade Média, como consequência do culto à Virgem e do próprio amor cortês”<sup>10</sup>; e que, a apologia à educação humanista das mulheres não tinha como objetivo “capacitar mulheres para exercerem poderes acrescidos ou participarem mais ativamente na sociedade, mas torná-las companheiras ideais para o homem e mães virtuosas para os filhos”<sup>11</sup>: para tanto, era ensinada música, matemática, canto, a ler e a escrever em outros idiomas além do inglês e poesia. A consequente educação de Elizabeth, a segunda filha legítima de Henrique VIII, fez com que os outros elementos da corte se vissem na obrigação de educar suas filhas segundo o modelo da educação feminina implementada na corte<sup>12</sup>. Quase 30 anos depois, durante o reinado de Elizabeth, as famílias mais ligadas à corte ou que desejavam fazer parte dela também se viram frente a um paradigma sócio-cultural que os obrigavam a dar a suas filhas uma melhor educação, vista também como um bom investimento – não para suprir um desejo de erudição, mas sim para a ostentação do conhecimento em público<sup>13</sup>. A autora ainda observa que a educação feminina visava o melhor ensino “dos valores tradicionais da virtude, castidade e obediência”, valores estes que foram atenuados “pela elevação da mulher durante a Idade Média, como consequência do culto à Virgem e do próprio amor cortês”<sup>14</sup>;

---

6 ABREU, *op.cit.*, p.551.

7 FRASER, Antonia. *As Seis Mulheres de Henrique VIII*. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento e Silva – 2ª Edição – Rio de Janeiro: BestBolso, 2010, p.9.

8 ABREU, *op.cit.*, p.81.

9 FRASER, *op.cit.*, p.21.

10 ABREU, *op.cit.*, p.77.

11 *Idem*, p.109.

12 *Idem*, p.82.

13 *Idem*, p.106.

14 *Idem*, p.77.

e que, a apologia à educação humanista das mulheres não tinha com objetivo “capacitar mulheres para exercerem poderes acrescidos ou participarem mais activamente na sociedade, mas torná-las companheiras ideais para o homem e mães virtuosas para os filhos”<sup>15</sup>.

Vives foi de grande influência para Roger Ascham (1515 - 1568), futuro tutor da princesa Elizabeth. Ainda para o filósofo espanhol, como observa Jane Dunn, a essência final da educação feminina era “promover a castidade, o cumprimento dos deveres e a virtude”<sup>16</sup>. O próprio estadista e filósofo Thomas More (1478 - 1535), embora observasse que “a educação era um valioso instrumento de formação do carácter e, por conseguinte, apropriada para ambos os sexos”<sup>17</sup>, declarou, quando sua filha estava grávida, que sua criança se parecesse com ela em todos os aspectos menos “na inferioridade do seu sexo”<sup>18</sup>. Acredita-se rainha Maria Stuart, rainha desde seus primeiros meses de vida, teria afirmado que “A melhor mulher era apenas a melhor das mulheres”<sup>19</sup>. Como observa Theresa Earenfight, o reinado das mulheres renascentistas parece superficialmente igual aos das mulheres medievais, pois uma rainha era vista apenas como mãe, esposa e guardiã de seus filhos, sendo responsável por sua educação. As rainhas que oferecessem autoridade pública eram um imã para inimigos ou qualquer um que estivesse mais centrado em seus interesses próprios do que no interesse do reino e de sua família real<sup>20</sup>. Como o monge italiano Jacobus de Cessolis (1250 - 1322) escreveu no século 14,

“Uma rainha deverá ser casta, sensata, de gente honesta / ter boas maneiras e educar os seus filhos de forma normal / a sua sabedoria não deve resultar apenas em factos e acções, mas também em falar do que deve saber e guardar segredo do que deve permanecer secreto... Uma rainha deve ter boas maneiras e, acima de tudo, deve ser temerosa e recatada.”<sup>21</sup>

Como observa Rose Marie Muraro em sua “Introdução da História” do livro *Malleus Maleficarum*, a condição da mulher floresceu na Idade Média, tendo elas acesso “às artes, às ciências, à literatura”<sup>22</sup>. No entanto, do fim do século XIV até meados do século XVIII houve uma repressão sistemática do feminino através da “caça às bruxas”. Isso porque justamente na Idade Média os saberes das mulheres se aprofunda e intensifica, tornando-as uma ameaça por arriscarem o poder dos médicos, por organizarem as comunidades e participarem das revoltas camponesas. A partir do século XIV, a mulher passa a ser a causadora de todos os flagelos, e as feiticeiras passam a ser vistas como as mulheres “que não tinham a sexualidade ainda normatizada e procuravam impor-se no domínio público, inclusive dos homens”<sup>23</sup>. Como a autora observa, “os inquisidores tiveram a sabedoria de ligar a transgressão sexual à transgressão da fé”<sup>24</sup>. As únicas formas que as mulheres encontraram de participar do mundo intelectual através do “patrocínio, à fundação de studia ou colleged masculinos ou através do mecenato das letras, das artes e da música”<sup>25</sup>.

No entanto, ao se tratar de uma mulher da elite, viúva ou herdeira no século XVI,

---

15 *Idem*, p.109.

16 DUNN, *op.cit.*, p.134.

17 ABREU, *op.cit.*, p.75.

18 FRASER, *op.cit.*, p.9.

19 DUNN, *op.cit.*, p.53.

20 EARENIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2013, p.252.

21 LOADES, David. *As Rainhas Tudor – o poder no feminino em Inglaterra (séculos XV – XVII)*. Tradução de Paulo Mendes. Portugal: Caleidoscópio, 2010, p.12.

22 MURARO, Rose Marie. “Breve Introdução da História”. In: *Malleus Maleficarum*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2011, p.13.

23 *Idem*, p.16

24 *Idem*, p.15.

25 ABREU, *op.cit.*, p.67.

---

---

como observa Jeri L. McIntosh<sup>26</sup>, era esperado que elas exercessem certa autoridade sobre seus empregados e que gerenciassem sua própria casa. Mas, como diz a autora, seus atos de autoridade eram geralmente feitos em nome do marido, filho, irmão ou pai, ou seja, a figura masculina de poder mais próximo a ela. O mesmo acontecia com rainhas ou imperadoras, como observa Theresa Earenfight: elas deviam suas posições à suas famílias, ao seu casamento, às circunstâncias de seus casamentos ou a seus filhos: mesmo uma rainha que reinasse sozinha, por seu próprio direito, só havia subido ao trono através das suas relações familiares masculinas. Como nota Carole Levin, a sociedade via tradicionalmente a mulher como fraca e incapaz em um papel público, e para ser bem sucedida era necessário que a mulher se afastasse das expectativas depositadas em seu gênero e “agisse como um homem”<sup>27</sup>. Fazer isso, no entanto, criaria uma imagem não-natural e até mesmo monstruosa. A visão da sociedade de uma mulher poderosa não só era referente ao uso do poder, mas também referente à expectativa do papel da mulher na sociedade. Desse modo, como observa o historiador britânico David Loades, Elizabeth quando rainha não tentou imitar a imagem masculina e marcial do pai: o equivalente feminino para esses atributos eram a beleza feminina e o mistério, dos quais Elizabeth tirou grande proveito<sup>28</sup>.

A educação das princesas e rainhas também havia mudado na passagem da Idade Média para o Renascimento: as rainhas eram mais propensas a terem educação formal e serem mais versadas em literatura, como observa Jane Dunn, “a educação de príncipes e mulheres era uma preocupação fundamental para a Inglaterra Renascentista”, e Abreu nota que “na época da Reforma, muitas mulheres da realeza e da aristocracia de Itália, França, Espanha e Inglaterra já gozavam de uma distinção<sup>29</sup> cultural de relevo”.

Como Abreu observa, os ideais humanistas induziu que muitos dos membros da aristocracia ambicionasse suas filhas a serem educadas pelo novo padrão de saber, e que acreditavam que “as limitações às mulheres decorrentes da queda de Eva haviam cessado com Cristo, que na sua evangelização proclamara a igualdade das almas”<sup>30</sup>.

Quando tinha 16 anos, seu tutor Roger Ascham escreveu:

“A Lady Elizabeth concluiu o sexto ano; e tão grande solidez de compreensão, cortesia esclarecida com dignidade, jamais foram observadas em idade tão tenra. Tem um fervorosíssimo amor pela verdadeira religião e pelo melhor tipo de literatura. A constituição de sua mente é isenta de fraqueza feminina, e ela é dotada de um poder de aplicação masculino. Nenhuma apreensão pode ser mais rápida que a dela, nem memória mais retentiva. Fala francês e italiano como inglês; latim com fluência, propriedade e discernimento; também falou grego comigo, fluente, agradável e razoavelmente bem. Nada pode ser mais elegante que sua caligrafia, seja em caracteres grego ou romanos. Na música, é muito prendada, mas não sente grande prazer.”<sup>31</sup>

De acordo com Kimberley Kay Reynolds para que Elizabeth superasse às dúvidas acerca de sua ascensão à Rainha, era necessário “criar uma imagem que contrariava as ameaças ao seu reinado” e superar as expectativas tradicionais de seu gênero<sup>32</sup>. Para isso,

---

26 MCINTOSH, J. L. *The Female Succession, Elite Households, and Further Research*. Columbia University Press, 2008, p. 4.

27 LEVIN, Carole. *The Heart and Stomach of a King: Elizabeth I and the Politics of Sex and Power*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, p.1.

28 LOADES, *op.cit.*, p.226.

29 ABREU, *op.cit.*, p.

30 *Idem*, p.69.

31 DUNN, *op.cit.*, p.136

32 REYNOLDS, Kimberley Kay. *All the World's a Stage: Pageantry as propaganda at the court of Elizabeth I, 1558 - 1559*. Oklahoma City University, 2006, p.8.

Elizabeth utilizou da teoria medieval dos dois corpos do rei, que pressupunha que o monarca tinha dois corpos, um natural e outro político. Como observa Maria de Fátima de Sousa Basto Vieira, no Renascimento existia a compreensão de que o corpo poderia funcionar ao mesmo tempo no plano metafórico (político) e no físico (natural)<sup>33</sup>. O plano metafórico legitimava a “a análise da representação icônica do corpo da rainha”, já o plano físico forneceu a explicação para o fato de que, mais tarde em seu reinado, a rainha tenha se retirado da maioria das cerimônias públicas por causa de seus dentes enegrecidos e sua pele enrugada.

No caso, de Elizabeth, seu corpo natural era o fraco e deficiente de uma mulher, mas seu corpo político tinha todas as características que lhe faltavam no corpo feminino: “discernimento, determinação, coragem e probidade”<sup>34</sup>. Três dias depois de subir ao trono, Elizabeth disse aos lordes:

“Considerando que sou criatura de Deus, ordenada a obedecer Sua Vontade, daqui em diante cederei, desejando do fundo do coração que eu tenha a ajuda de Sua Graça para ser o ministro de Sua celestial vontade neste cargo agora a mim confiado. E como não passo de um corpo naturalmente considerado, embora por Sua permissão um corpo político para governar, desejo que todos vós, meus lordes (...) sejais meus auxiliares.”<sup>35</sup>

Uma forma que o governo de Elizabeth encontrou de combater Knox e os que compartilhavam de suas ideias foi de partir da mesma fonte de autoridade deles: a Bíblia. Durante seu cortejo de coroação, Elizabeth foi representada como Débora, a juíza da Israel e uma profetiza, que desfrutava de um caráter religioso e místico que Elizabeth estava tentando desenvolver:

“Jabim, rei de Canaã, há muito pela força das armas/Oprimia os israelitas; que eram o povo de DEUS:/Mas DEUS querendo, por fim, tratar os seus males,/Enviou a digna Débora para ser sua Juíza...”<sup>36</sup>

No entanto, a imagem que mais seria vinculada com a Rainha e que lhe daria o codinome após sua morte, seria a sua relação com a Virgem Maria, que começou logo após seu nascimento. Ao tentar explicar como seu tão prometido filho e herdeiro nascera uma mulher, Ana Bolena, mãe de Elizabeth, explicou ao rei que seu nascimento, em 7 de Setembro de 1533, ocorrera na véspera do nascimento da própria Virgem; que as tapeçarias em seu quarto “descreviam as histórias das virgens santas”<sup>37</sup>, e que seu próprio nome, Ana, era o nome da mãe de Maria. A escolha da Virgem não é oposta ao da Débora, e é até possível que seja um desenvolvimento dela.

Carole Levin<sup>38</sup> concorda com Jane Dunn<sup>39</sup> ao dizer que o culto de Elizabeth como Virgem Maria foi popularizado principalmente pelo fato da Virgem Maria ter sido “rebaixada em termos ideológicos pela nova Igreja”<sup>40</sup>, mas ainda ocupava um lugar no coração das pessoas. Escolhida por Deus acima de todas de seu sexo, a Virgem fora elevada ao divino por intervenção de Deus. A imagem de Elizabeth poderia preencher o lugar da antiga Virgem, embora ela não pudesse ser usada como modelo. Além disso, de acordo com Roy Strong<sup>41</sup>

33 VIEIRA, Maria de Fátima de Sousa Basto. *O corpo da Rainha : contributos para uma leitura anti-essencialista e espacial da iconografia Isabelina*. Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2004, p. 64.

34 DUNN, *op.cit.*, p.142

35 *Idem*, p.143.

36 LOADES, *op.cit.*, p.239.

37 DUNN, *op.cit.*, p.77.

38 LEVIN, *op.cit.*, p.28.

39 DUNN, *op.cit.*, p. 205.

40 *Idem*, *ibidem*.

41 STRONG, Roy. *The Cult of Elizabeth: Elizabethan Portraiture and Pageantry*. California: University of Califor-

---

---

a monarquia necessitava não apenas de poder visual e verbal para assegurar a lealdade do povo: precisavam também de elaborados rituais e cerimônias que apresentasse a Rainha como uma virgem sagrada. Ainda sim, era necessário cuidado sobre qual viés Maria seria vista e representada, pois de acordo com o modelo católico, Maria era “a mulher que tudo suportou no que concerne ao sofrimento de Cristo e que se submeteu integralmente à vontade de Deus”<sup>42</sup>, sendo o seu destino “calar, sofrer e renunciar”. Como observa Suely Creusa Cordeiro de Almeida, “a submissão de Maria é um dos elementos de sua vida mais explorados”<sup>43</sup> pela Igreja.

Na Inglaterra do século 16, era necessário para a construção e a articulação da identidade inglesa ser e estar conectada com a antiga e verdadeira religião - uma vez que a Reforma ameaçava interromper o curso da história religiosa inglesa, era necessário provar a continuidade entre o passado e o presente mais na esfera religiosa do que na esfera política<sup>44</sup>. Elizabeth, com o corpo de uma virgem, não-fragmentado e íntegro, representava também a verdade e a pureza. Apesar da Reforma ter visto uma mudança no significado das palavras bíblicas e dos cultos dos santos e da Virgem Maria, a virgindade continuava sendo um símbolo poderoso e um ideal de comportamento; para os protestantes, a virgindade era especial, um objetivo a ser alcançado, e apenas um pequeno número de pessoas sem pecado, auxiliador por Deus, poderiam alcançá-la<sup>45</sup>. A virgindade saiu da Igreja e do secular, transformando-se em um instrumento de segurança social e política, e sendo melhor identificado com o feminino, contribuindo, como observa -, para a desestabilização do ideal cristão- medieval da virgindade<sup>46</sup>.

Para John N. King, apresentar-se como uma rainha celibatária era “uma poderosa afirmação propagandística de que ela sacrificara seus interesses pessoais em nome do serviço público”<sup>47</sup>. Embora o autor considere inegável que a virgindade de Elizabeth fazia parte de um ato político, Jane Dunn diz que não há como ter certeza se o culto da Rainha Virgem foi feito conscientemente: ao permanecer solteira, Elizabeth poderia “continuar aliada em potencial de todo monarca europeu”<sup>48</sup>. Essa “estratégia” foi notada pelo embaixador veneziano logo após a sua ascensão:

A rainha é por natureza cheia de espírito e energia, e tem-se tornado ainda mais devido à boa sorte e aos muitos dotes físicos e morais que possui; assim, ela tem planos grandiosos e promete realizá-los todos com sucesso. Tem ainda muitos pretendentes à sua mão e, por adiar quaisquer decisões, ela os mantém, todos, com esperanças, convencendo-se de que em sua necessidade eles farão o que puder da rivalidade para conquistar-lhe o amor e a aliança matrimonial.<sup>49</sup>

A escolha de Elizabeth de permanecer virgem foi motivo de discussão durante todo o seu reinado, principalmente entre os lordes no início do reinado. Como observa Norman Jones, Elizabeth merecia respeito “na qualidade de monarca, mas, como mulher, parecia extremamente

---

nia Press, 1977, p. 114.

42 ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português XVI - XVIII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005, p. 331.

43 *Idem*, p.331.

44 BERNAU, Anke. “Saint, Witch, Man, Maid or Whore?: Joan of Arc and Writing History”. In: BEUNAU, Anke; EVANS, Ruth; SALIH, Sarah. *Medieval Virginites*. University of Toronto Press, 2003, p. 218.

45 *Idem*, p.218.

46 LESLIE, Marina; KELLY, Kathleen Coyne. *Menacing Virgins: Representing Virginity in the Middle Ages and Renaissance*. Associated University Presses, 1999, p. 17.

47 KING, John N. *Queen Elizabeth I: Representations of the Virgin Queen*. The University of Chicago Press, 1990, p.30.

48 DUNN, *op.cit.*, p.206.

49 *Idem*, p.179.

necessitada de orientação<sup>50</sup>. A atitude de não se casar parecia irresponsável, pois mulheres precisavam de maridos; reis precisavam de herdeiros. Para eles, como o autor observa, Elizabeth parecia estar “negligenciando os interesses e o bem-estar da Inglaterra”. A isso, a rainha respondeu:

“Por acaso eu não nasci na realeza? Existe alguma razão para que eu me furte da obrigação de cuidar deste país? Afinal, este não é o meu reino?... Estranho tipo de demandantes são vocês, que pedem a minha palavra e ainda assim, não a levam em consideração quando pronunciada!”<sup>51</sup>

Theresa Earenfight discorre que desde o período medieval as rainhas, como mães, usavam da figura da Virgem Maria como um símbolo de devoção e maternidade, mediação e intercessão. Como observa David Loades, “a imagem de uma rainha humana, de joelhos e com o cabelo solto perante o seu senhor austero e inabalável, tinha atractivos irresistíveis”<sup>52</sup>. Mas esse era um problema para uma rainha sem filhos: uma rainha, independente se consorte ou rainha solteira, reinante em seu próprio direito, era necessariamente responsável pela preservação da memória de sua família através de herdeiros: os manipuladores da imagem real poderiam esconder o fato de que a rainha havia falhado no seu único e mais importante dever - dar filhos - mas não havia propaganda que poderia esconder a sua incapacidade<sup>53</sup>. Esse seria um desafio para Elizabeth quanto ao usar a Virgem como uma forma de representação sua<sup>54</sup>. Um das saídas encontradas foi o discurso e posição de Elizabeth como mãe da nação. Para tanto, Elizabeth mandou salientar, durante uma das primeiras negociações de paz com a França, que ela “descendia por parte de pai e de mãe apenas de sangue inglês, e não espanhol, como a irmã”<sup>55</sup> - sendo então “uma princesa livre e dona de sua coroa e de seu povo”<sup>56</sup>. Em 1562, Elizabeth diria ao Parlamento:

“Não esqueçais de que por mim fostes libertados quando pendíeis do galho, prestes a cair na lama (...) sim, a ser afogados no esterco (...). Asseguro-vos que, embora depois de mim talvez tenhais madrastas, nunca ireis ter a mãe mais [natural] que pretendo ser para todos vós.”<sup>57</sup>

De acordo com Maria de Fátima de Sousa Basto Vieira, a representação de Elizabeth promovia a ideia “da sua excepcionalidade em relação às mulheres da época, quer pelo seu estatuto de virgem, quer pelo seu carácter quase divino”<sup>58</sup>. Ainda, para a autora, o fato de Elizabeth aparecer retratada invariavelmente como uma mulher, com adornos e poses femininas, “é essencial para a compreensão da mensagem que a rainha pretendia fazer passar”; pois a rainha não só era representada como alguém do sexo feminino, mas deixando exposta sua feminilidade. Ao invés de se representar como um ser masculino ou andrógino para se firmar na sociedade patriarcal, Elizabeth, seguindo o gosto e uso da época, assumiu a sua feminilidade ao mesmo tempo que ostentava em seus retratos “símbolos que funcionavam como vistos do seu passaporte para ultrapassar fronteiras normalmente vedadas às mulheres.”<sup>59</sup>.

---

50 JONES, Norman. *Inglaterra: A vida no reino de Elizabeth*. Editora Folio, 2007, p. 24.

51 *Idem*, p.25.

52 LOADES, *op.cit.*, p. 12.

53 *Idem*, p.19.

54 EARENIGHT, *op.cit.*, p.248.

55 DUNN, *op.cit.*, p.99.

56 *Idem, ibidem*.

57 *Idem*, p.243.

58 VIEIRA, *op.cit.*, p.68.

59 *Idem*, p.69.

---

---

Como Peter Burke observa, a maioria das pinturas dos monarcas eram enquadradas no gênero “retrato solene”, onde o indivíduo “é geralmente apresentada em tamanho natural ou até maior, de pé ou sentada num trono<sup>60</sup>, e para destacar sua posição superior, os “olhos” do retrato ficam acima dos olhos do espectador. Esse gênero pode ser aplicado em vários retratos de Elizabeth, diferentemente de retratos de outras rainhas inglesas do período medieval. Para Maria de Fátima de Sousa Basto Vieira, de uma forma geral, os retratos de Elizabeth transmitiam a mensagem de que não existia incompatibilidade entre ser mulher e governante, e que era possível se inserir “em espaços tradicionalmente masculinos” sem “assumir características normalmente atribuídas a esse sexo”<sup>61</sup>.

Outros acessórios também usado por reis para mostrarem sua autoridade eram, de acordo com Peter Burke “figuras em atitude de subordinação”, como, por exemplo, “embaixadores estrangeiros prostrando-se perante o rei”<sup>62</sup> - essa técnica pode ser percebida no retrato feito por volta de 1570-1575 de Elizabeth recebendo embaixadores holandeses (feito por artista desconhecido, o quadro denominado “Queen Elizabeth Receiving Dutch Ambassadors”, está na Neue Galerie, em Kassel, na Alemanha). Além disso, a rainha, assim como outros monarcas antes dela, utiliza, como observa o autor, de outros “objetos associados ao poder e à magnificência - colunas clássicas, cortinas de veludo, etc”<sup>63</sup>; “sua atitude é em geral impassível e imóvel, pose que também simboliza o poder”<sup>64</sup>. Maria Encarnação B. Sposito descreve em seu livro “Capitalização e Urbanização” que o cetro, o símbolo da autoridade real, “nada mais é do que a maça, a arma que substituiu o arco e a flecha, e era utilizada pelos caçadores para matar ou aleijar homens”<sup>65</sup>; e é curioso pensarmos que dentre os seus retratos mais conhecidos, Elizabeth I segura o cetro em apenas três: a cópia de seu retrato de coroação, feito originalmente em 1559; na obra “Queen Elizabeth riding the chariot of Fame”, por sir William Teshe em 1570 e uma obra atribuída a John Bettes, o Jovem, feita por volta de 1585. Dessas três obras, duas foram feitos em momentos decisivos em que era necessário todo empenho de seus conselheiros e apoiantes: em 1559 fazia apenas um ano desde que subira ao trono e a Câmara dos Comuns renovou seu pedido para que a Rainha se casasse, no qual ela respondeu:

“... quando a responsabilidade pública do governo me foi atribuída, pareceu-me uma loucura imponderada sujeitar-me aos cuidados que podem advir do casamento. Em conclusão, já estou comprometida com um esposo, que é o reino de Inglaterra, e isso deve bastar-vos.”<sup>66</sup>

Em seguida, mostrou o anel de coroação, e disse “não me censurem por não ter filhos, pois cada um de vós, tantos quanto ingleses existem, são meus filhos e familiares”. Sem dúvida, esse era um momento em que era necessário reafirmar sua autoridade recém-conferida, e a confecção de seu quadro de coroação, onde Elizabeth segurava o centro - como foi dito, símbolo da autoridade real de origem masculina - e o orbe, simbolizando o mundo. Posteriormente, Elizabeth recusou-se dar ao Parlamento a autoridade de discutir os assuntos da Igreja, do Estado e seus assuntos pessoais - como a sucessão e o casamento

---

60 BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: A construção da imagem pública de Luís XIV*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 31.

61 VIEIRA, op.cit., p.72.

62 BURKE, op.cit., p.44.

63 *Idem*, p.31.

64 *Idem*, p.34.

65 SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão Sposito. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 12

66 LOADES, op.cit., p.226.

– assim como suas Prerrogativas Reais<sup>67</sup>. No entanto, já era parte do discurso de abertura da Câmara dos Comuns e liberdade de expressão dos parlamentaristas, e em 1576, Peter Wentworth (1529 - 1596) argumentou que eles poderiam, sim, discutir todos os assuntos que a rainha estava determinada a manter como prerrogativas. Ele logo publicaria o panfleto “Pithy exhortation to Her Majesty for establishing her sucessor to the Crown” (Vigorosa exortação à Sua Majestade para estabelecer seu sucessor à Coroa)<sup>68</sup>. Mas seu discurso sobre a liberdade de expressão não foi bem recebido. Com medo do que a própria rainha poderia fazer com ele – e com os outros– quando ficasse sabendo, os próprios parlamentaristas decidiram prender Wentworth na Torre de Londres. O caso não foi esquecido. Uma década mais tarde, Anthony Cope (1548 - 1614) apresentou um projeto de lei para que o sistema de governo eclesiástico fosse substituído pelo modelo calvinista. No entanto, o modelo utilizado na Inglaterra era a base da hierarquia governamental desde os tempos medievais. Ignorando os riscos, Wentworth novamente discursou que “todo aquele que violasse as liberdades e privilégios dos Comuns deveria ser considerado inimigo de Deus, do Magistrado e do Estado”<sup>69</sup>. Talvez seja desnecessário dizer que ele foi novamente preso, junto de seu amigo Cope.

Depois, 1570 foi o ano em que o Papa reuniu um tribunal em Roma, usando como testemunhas católicos exilados da Inglaterra, e formulou uma Bula que considerava a rainha culpada de heresia por conta de retomar a quebra da Inglaterra com a Igreja Católica (no reinado anterior, de sua irmã, o reinado voltara a ser católico) e a excomungava. Ordenando que os nobres, os súditos e o povo da Inglaterra não obedecessem aos mandatos e leis, sendo desligados do juramento de fidelidade e dever para com a Rainha, a bula fazia com que os católicos fossem “postos nas mãos dos seus inimigos, que agora tinham motivos para os acusarem de traidores”<sup>70</sup>. É possível que esse momento também tenha sido propício para a formulação de um novo retrato, assim como em 1585, quando Elizabeth enviou um exército inglês para ajudar os protestantes holandeses que estavam em guerra.

Peter Burke também acredita que os meios de reprodução mecânica da época merecem destaque, uma vez que ajudavam a ampliar a visibilidade do rei. As medalhas, sendo de cara produção, eram cunhadas em centenas de cópias, enquanto os materiais que poderiam ser impressos poderiam ser “reproduzidos em milhares de cópias”<sup>71</sup> contribuindo para a difusão da imagem da Rainha. As moedas também eram importantes: Henrique VII, avô de Elizabeth e o primeiro monarca Tudor, já havia rompido com os padrões medievais de cunhagens de moedas, apresentando um busto mais realista e os brasões mais detachados. O fato da face do monarca estar estampado nas moedas poderia significar que ela mesma valia tanto quanto ouro<sup>72</sup>. Curiosamente, a face de Elizabeth estampada nas moedas mudou pouco durante seu reinado - as únicas exceções eram algumas moedas feitas para comemorar eventos específicos, como a vitória sobre a Armada Espanhola.

Walter Raleigh (1554 - 1618), favorito da Rainha, escreveu que usara de suas imagens para cativar os indígenas em suas viagens. Em 1595, Raleigh partiu para uma viagem à Guiana, descrita em seu livro “A descoberta do Grande, Rico e Belo Império da Guiana”, publicado em 1596. Nele, o viajante conta que ao distribuir imagens coloridas da Rainha em broches, e os caciques ficaram tão admirados com sua pele branca e

---

67 ABREU, *op.cit.*, p.169.

68 SHAPIRO, James. 1599: *Um ano na vida de William Shakespeare*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011, p.169.

69 *Idem*, p.514.

70 VARGAS, Ester. Isabel II e a Bula Regnans Isabel II e a Bula Regnans in excelsis, do Papa Pio V”. *Millenium: Revista do Instituto Politécnico de Viseu*, nº 27, abril de 2003, p.9.

71 BURKE, *op.cit.*, p.28.

72 HULSE, Clark. *Elizabeth I: Ruler and Legend*. China: The Newberry Library, 2003.

---

---

joias que “se quisesse, facilmente teria levado os selvagens à idolatria de Elizabeth I”.<sup>73</sup>

O livro, naturalmente, era destinado a conseguir financiamento dos mercadores, homens da corte e da Rainha para uma próxima aventura marítima. Embora não tenha impressionado os nobres e ricos, seu livro foi comprado por mais de um milhão de ingleses<sup>74</sup>.

“Desta maneira, no ano de 1595, Sua Majestade tornou-se muito famosa e benquista naquele canto do mundo. Os índios passaram até a chamá-la de “Ezrabeta Cassipuna Acareuana”, que se traduz por “Elizabeth, grande princesa e comandante supremo.”<sup>75</sup>

A preocupação de Elizabeth quanto à imagem do monarca pode ser visto em suas cartas escritas no ano de 1567, quando o marido de Maria Stuart, Rainha da Escócia, morreu sobre circunstâncias suspeitas – haviam rumores de que fora um assassinato, sendo o autor do crime um amante da Rainha. Assim, Elizabeth, escrevera dizendo que a rainha escocesa deveria comandar e guiar uma grande investigação para descobrir o culpado do assassinato, pois mesmo que ela não fosse inocente, “isso seria motivo suficiente para perder sua dignidade de princesa e se expor ao desprezo por parte da plebe. Antes que lhe acontecesse tal coisa, preferiria eu desejar-lhe um túmulo honrado a uma vida sem honra”<sup>76</sup>. Elizabeth precisava proteger a moral sagrada dos príncipes - assim como a dela

Houve de fato uma investigação sobre o assassinato, mas poucos meses depois a Rainha da Escócia casou-se com o maior suspeito da investigação, virando então alvo de duras críticas do povo escocês e correndo o risco de ser destronada. De acordo com Stefan Zweig, Maria Stuart criara “uma situação impossível e intolerável”<sup>77</sup>. A ira do povo, principalmente das mulheres, era clara: se elas fossem julgadas culpadas de assassinato e traição de seus maridos, seriam enforcadas ou queimadas. Por que então uma mulher, só porque é rainha, deveria ter um destino diferente? Elizabeth escreveu então à Maria, deixando claro sua opinião sobre o povo destronar os governantes:

“Onde é que se encontra na Sagrada Escritura uma passagem que permita aos súditos destronarem seus príncipes? Em que monarquia cristã há uma lei escrita em virtude da qual os súditos possam tocar na pessoa de seu príncipe, prendê-la ou levá-la à barra dum tribunal?... Eu, do mesmo modo que os lordes, condeno o assassinio do meu primo, o rei, e o casamento de minha irmã com Bothwell aborreceu mais a mim do que a qualquer um deles. Mas não posso permitir e tolerar o procedimento ulterior dos lordes para com a rainha. Visto que, segundo o preceito de Deus, eles são os vassallos e ela a rainha, não deveriam obrigá-la a responder à acusação dos mesmos, pois não é natural que a cabeça esteja subordinada aos pés.”<sup>78</sup>

Nesse momento, Elizabeth reproduziu o pensamento tardio medieval e a doutrina convencional religiosa de que, como observa R. H. Tawney “os pés nasceram para trabalhar, as mãos para lutar e a cabeça para governar”<sup>79</sup>. Quase duas décadas depois, Elizabeth declararia publicamente que “reis e príncipes soberanos, devendo sua homenagem e serviço apenas a Deus onipotente, o rei dos reis, não são obrigados a prestar contas ou dar razão de suas

---

73 RALEIGH, Walter. *O caminho de Eldorado*. Adaptação e notas de E. San. Martin. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002, p.38.

74 *Idem*, p.11.

75 *Idem*, p.38.

76 ZWEIG, Stefan. *Maria Stuart*. S.l:s.n.[1956?], p. 208.

77 *Idem*, p.235.

78 *Idem*, p.239.

79 TAWNEY, R. H. *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p.72.

ações a ninguém mais exceto Deus, seu único senhor Soberano<sup>80</sup>. A teoria de que o poder do Rei era delegado por Deus e que o monarca, portanto, governava em Seu nome, não foi problema para os reformadores. A autoridade do Rei tornou-se um importante apoio contra o Papa e a Igreja Católica, e portanto havia uma senso de aceitação dessas teorias. Como observa Maria Zina Gonçalves de Abreu, tanto os católicos quanto os protestantes eram filhos da tradição cristã e de uma experiência política comum<sup>81</sup>. A teoria da supremacia eclesiástica do Rei encontra-se no Antigo Testamento, onde os reis judeus também eram chefes da Igreja, e a tomada desse título por Henrique VIII se deu com base na autoridade espiritual que teria sido “roubada” pela Sé de Roma no século doze. Essa “retomada” do poder foi bem aceita tanto pelos reformadores, que acreditavam que o fim da jurisdição papal era o ponto de partida para a Reforma na Igreja, quanto pelo clero mais conservador, que via na supremacia do rei e na sua proteção a “sobrevivência da Igreja contra as heresias que assolavam o continente europeu”<sup>82</sup>.

Além disso, como observa Keith Thomas, “na época da reforma henriquiana, havia uma sólida base de protestantismo popular”<sup>83</sup>. Isso pode ser comprovado com vários relatos áspersos sobre a água benta e o óleo santo: era “mais saborosa para fazer molho [...] porque é misturada com sal”, “um remédio muito bom para um cavalo com o lombo esfolado; e mais, se se puser uma cebola dentro, é um bom molho para um cozido de carneiro”, o óleo santo não tinha “nenhuma virtude além de servir para untar carneiro”, e um homem chegou a dizer que “sua égua faz uma água benta tão boa quanto qualquer padre”. Essas opiniões culminaram na crença de que nem consagrações e nem rituais poderiam consagrar objetos físicos<sup>84</sup>. Dessa forma, para o autor, o protestantismo se apresentou como uma tentativa de eliminar a ideia de que os rituais da Igreja tinha uma eficácia mecânica, abandonar o “o empenho de conferir a objetos físicos qualidades sobrenaturais por meio de fórmulas especiais de consagração e exorcismo” e retirar os elementos mágicos da religião<sup>85</sup>.

Como observa Frances Hackett, em um estado centralizado, com meios de transporte, sistemas fiscais, moeda, exército, política e línguas nacionais, “a mão pesada da Igreja já não pôde oprimir o espírito curioso do homem”<sup>86</sup>. “O fermento das novas idéias, a levedura da palavra impressa, a potência dos exércitos e das finanças encerrada nas mãos de um só monarca em cada país, eram fortes demais para um Papado que não tinha tradições religiosas suficientes para dominar o povo e assim abalar a vontade dinástica”<sup>87</sup>.

Uma das primeiras coisas que Elizabeth fez questão de mudar foi seu título de Chefe da Igreja. No primeiro ato solene assinado por Elizabeth, após seus títulos (Rainha da Inglaterra, França, Irlanda...), foi escrito um simples “*ET coetera*”, que substituiu a expressão “Chefe Supremo da Igreja da Inglaterra”, título adotado por Henrique VIII após a ruptura com a Igreja Católica. Isso porque o título de Chefe, criado por Henrique VIII, não agradava nem aos católicos – “que só reconheciam o Papa como Chefe da Igreja”<sup>88</sup> - e nem aos protestantes

---

80 STONE, Lawrence. *Causas da revolução inglesa: 1529-1642*. Edusc, 2000, p. 172.

81 ABREU, *op.cit.*, p.521.

82 *Idem*, p.522.

83 THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*. Tradução capítulos 1 a 8 Denise Bottmann, capítulos 9 a 22 Thomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.73.

84 *Idem, ibidem*.

85 *Idem*, p.71

86 HACKETT, Francis. *Henrique VIII*. Tradução de Carlos Domingues. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores. S.d., p. 469.

87 *Idem*, p.447.

88 ORLANDI, Enzo. *Os Grandes da História: Elizabeth I*. Portugal: Verbo, 1976, p.8.

---

---

–“para quem esse título só pertencia a Cristo”<sup>89</sup>. Embora houvesse precedentes para rainhas governantes, não havia nada sobre uma mulher que fosse Chefe da Igreja. Portanto, Elizabeth escolheu mudar o título para Suprema Governadora, que, como observa David Loades, “implicava em uma função mais administrativa do que espiritual”<sup>90</sup>. Embora o poder da rainha não mudasse, o gesto conciliou os protestantes e católicos “que não acreditavam que uma mulher pudesse exercer uma função sacerdotal, mesmo através de representantes”<sup>91</sup>.

Contemporâneo de Elizabeth, Sir John Hayward (1560 - 1627) escreveu que o segredo de um governo consistia em pomposas cerimônias, e que o povo era tomado e conquistado com espetáculos<sup>92</sup>. Em acordo com essa opinião, o alemão J.C. Lünig escreveu no século dezoito sobre as cerimônias públicas na qual a teatralidade era necessária: “Entre a gente do povo... impressões físicas têm um impacto muito maior que a linguagem, que faz apelo ao intelecto e à razão”<sup>93</sup>. Um dos eventos que envolvia o povo era a medieval “cerimônia do toque”: como observa Peter Burke, durante séculos existiu a crença de que o toque real poderia curar a escrófula, uma doença de pele, e “o poder curativo do toque real constituía um poderoso símbolo do caráter sagrado da realeza”<sup>94</sup>. Como Carole Levin observa, William Tooker (1557 - 1621), capelão da Rainha, “afirmou que a “maioria” daqueles tocados eventualmente recobravam a saúde”<sup>95</sup>, e o cirurgião William Clowes (1543 - 1604) descreveu com muitos detalhes que o toque de Elizabeth curava o que vários remédios já haviam tentado curar e falharam. Robert Laneham (1535-1579/80), um oficial da corte, escreveria que em 1575, durante uma procissão em Kenilworth, a rainha havia curado nove pessoas com a doença do rei. A autora também escreve que, em 18 de Agosto de 1596, um embaixador veneziano observou a cerimônia de toque era muito elaborada: o Lorde Tesoureiro segurava uma bacia, o Lorde Chanceler um jarro de água e Lorde Essex, favorito da Rainha na época, segurava um pedaço de pano para que a rainha secasse suas mãos.

Carole Levin<sup>96</sup> contribui para a ideia de Peter Burke<sup>97</sup> ao observar que, apesar da teatralidade do ritual, Elizabeth não deveria tocar apenas pelo valor da propaganda. De acordo com Burke, é completamente aceitável que não só o rei, como a própria corte e o país acreditassem nas virtudes do toque real. A rainha levava a cerimônia tão a sério que, uma vez em Gloucester, sentiu-se que não estava inspirada o suficiente para curar através do toque, e pediu aos doentes que pedissem a cura diretamente a Deus.

Para a autora, o fato de Elizabeth curar através do toque sugere seu poder como uma monarca sagrada e figura religiosa<sup>98</sup>. Tanto a rainha quanto sua antecessora e meia-irmã, Maria, “curavam” as pessoas do mal do rei e benziam anéis, que acreditava-se que também curavam algumas doenças específicas, como câibras. Para Roy Strong, os eventos criados pelo governo elisabetano, como a comemoração da ascensão da rainha e seu aniversário “ajudaram a estabelecer o mito de que a era elisabetana era diferente”<sup>99</sup> e da singularidade do reino: não vista em retrospecto, mas por quem estava realmente vivendo. Os elisabetanos eram

---

89 ABREU, *op.cit.*, p.330.

90 LOADES, *op.cit.*, p.236.

91 *Idem, ibidem*.

92 KESSELRING, K.J. *Mercy and Authority in the Tudor State*. Cambridge University Press, 2003, p. 136.

93 BURKE, *op.cit.*, p.20.

94 *Idem*, p.55.

95 LEVIN, *op.cit.*, p.32.

96 *Idem, ibidem*.

97 BURKE, *op.cit.*, p.24

98 LEVIN, *op.cit.*, p.3.

99 STRONG, *op.cit.*, p.128.

ensinados, como observa o autor, a ver sua rainha como um renascimento, uma renovação.

Como observa McGlynn e Elena Woodacre, a rainha medieval não poderia agir em nome do rei, ou agir em seu nome, nem tomar o seu lugar em uma guerra com um líder: como disse o autor medieval italiano Jacobus de Cessolis, as mulheres não serviam para a batalha como guerreiras; sua presença no campo de batalha era aceitável apenas como a companhia do Rei para lhe oferecer conforto<sup>100</sup>. A imagística do poder da monarquia era masculino e militar: “um rei liderava os seus soldados nas batalhas, executava as sentenças brutais da justiça sobre os criminosos e participava em jogos de guerra”<sup>101</sup>. Seu dever era ser o patrono daqueles que lutavam ao seu lado, ser o chefe e pai de vigorosos filhos homens, assim como protetor da Igreja. Jane Dunn observa que Elizabeth era “atenta à visão de si mesma como rainha guerreira, mais uma vez com alusão clássica”<sup>102</sup>. Tal alusão pode ser vista no seu discurso feito ao seu exército em Tilbury, onde de acordo com uma testemunha ela “cavalgou por todos os esquadrões de seu exército como Palas armada e acompanhada por soldados de infantaria”<sup>103</sup>. Lá, no dia 9 de agosto de 1588, Elizabeth disse:

“Meu povo carinhoso, algumas pessoas que se preocupam com a minha segurança convenceram-me a ter cuidado com a forma como digo-me em relação com multidões armadas, devido ao medo de traição, mas digo-vos que não desejaria continuar a viver se desconfiasse do meu povo fiel e carinhoso. Os tiranos que temam!... Venho para o meio de vós neste momento... estando decidida a sacrificar a minha honra no calor do combate, pelo meu Deus, pelo meu Reino e pelo meu Povo, e a derramar o meu sangue nesse campo de batalha. Sei que tenho o corpo de uma mulher fraca e frágil, mas tenho o coração e coragem de um rei, e de um rei de Inglaterra...”<sup>104</sup>

Para Maria de Fátima de Sousa Basto Vieira, quando Elizabeth refere a si mesma como “rei”, ela não o faz para ser reconhecida como um homem, “mas porque quer reivindicar para si qualidades atribuídas aos indivíduos do sexo masculino e, para tal, se vê na necessidade de recorrer a um léxico e um núcleo de referências facilmente reconhecíveis pelo seu público”<sup>105</sup>. Além disso, a rainha, estaria construindo sua identidade ao deixar claro que a desvantagem de seu corpo frágil de mulher é recompensado pelos atributos masculinos, ou seja, “se as características de mulher que ela tem lhe são desvantajosas, ela possui outras que as compensam”<sup>106</sup>. O bispo e embaixador espanhol Quadras (? - 1564), que agiu de 1558 a 1564, revelava em seus despachos que Elizabeth ainda tinha um longo caminho até “refutar como infundados os preconceitos religiosos, intelectuais e populares contra mulheres em posição de poder”<sup>107</sup> e “redimir a amarga lembrança do reino da irmã”<sup>108</sup>. Qualquer demonstração de limitação intelectual, emocional, fraquezas morais e ações indignas de confiança seriam julgadas como “endêmicas de seu sexo”<sup>109</sup>.

Como observa Roy Strong, a Inglaterra elisabetana era uma sociedade dividida,

100 MCGLYNN, Sean; WOODACRE, Elena. *The Image and Perception of Monarchy in Medieval and Early Modern Europe*. Cambridge Scholars Publishing, 2014, p. 181.

101 LOADES, *op.cit.*, p.9.

102 DUNN, *op.cit.*, p.138.

103 *Idem, ibidem*.

104 LOADES, *op.cit.*, p.234.

105 VIEIRA, *op.cit.*, p.74.

106 LIMA, Maria Cecília; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira; Jr., Valdir Machado Valadão. “A Manifestação do Narcisismo nas práticas discursivas de liderança”. *Gestão.org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*.

V.5, n. 3, set/dez, 2007, p. 11.

107 DUNN, *op.cit.*, p.202.

108 *Idem, ibidem*.

109 *Idem, ibidem*.

---

---

não somente entre católicos e protestantes, mas também entre puritanos, os aristocratas novos e os velhos, a nova crescente gentry, entre outros. Uma sociedade, de acordo com o autor, é segurada pelas suposições e imagens que são carregados sobre a natureza do poder em sua hierarquia<sup>110</sup>. Como explica C. F. Black, a rainha Elizabeth foi além de todos os monarcas Tudor no que se refere ao desenvolvimento do “prestígio real” e dos processos dos quais a imagem real se alimentava. A rainha, para os autores, “tornou-se uma hábil manipuladora da sua própria imagem e soube desviar as críticas e distrair a corte dos problemas urgentes com que o seu reinado se confrontava”<sup>111</sup>. Desse modo, foi possível através da exploração de sua imagem, que o povo encontrasse na Coroa um objeto que os mantivesse unidos, independente de suas crenças ou classes sociais.

---

110 STRONG, *op.cit.*, p.116.

111 BLACK, C.F.; GREENGRASS, Marcks; HOWARTH, David; LAWRENCE, Jeremy; MACKENNEY, Richard; RADY, Martin; WELCH, Evelyn. *Renascimento*. Barcelona: Fólio, 2006, p. 2014.